

Cientes de nossa responsabilidade em um cenário de tamanha magnitude, decidimos unir nossos esforços para refletir e compartilhar, com colegas e organizações irmãs, nossas inquietações, nossas propostas e nossas sugestões de ação.

Por uma nova governança global baseada em direitos universais e justiça social

TRABALHADORES e TRABALHADORAS enfrentando a situação e a pós-pandemia

Estamos vivendo uma profunda crise de saúde que já está gerando trágicas consequências econômicas e sociais para a humanidade, especialmente para as áreas mais pobres e vulneráveis do mundo. A intrigante dinâmica inerente à pandemia se baseia em situações de crise anteriores no nível multilateral. A soma desses fatos traz ainda mais clareza sobre a vulnerabilidade da globalização neoliberal e a falta de governança global.

Todo esse cenário expôs a realidade social de nossos povos, expondo amplos setores invisíveis, os mais vulneráveis, aqueles que não estão sendo contemplados pelos mecanismos de proteção social, tornam-se mais visíveis e exigem a atenção que merecem. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a jornada total de trabalho será 10,5% menor do que antes da crise provocada pela COVID-19, o que equivale à perda de mais de 305 milhões de empregos formais de tempo integral.

Como é característico do atual estágio do capitalismo, esta crise atinge também de forma mais dramática as mulheres, bem como as minorias e grupos vulneráveis: negros, jovens, indígenas, imigrantes, a população LGBTIQ+ e os idosos. Os setores econômicos hegemônicos já impõem a precarização do trabalho e a retirada dos direitos sociais. Na verdade, muitos já usaram a pandemia como pretexto para reduzir as proteções e direitos sociais, e a fome e a miséria estão aumentando em muitos países.

As atuais condições de produção se dão em cadeias produtivas globais que já contam com milhões de trabalhadores/as contratados em condições precárias ou excluídos do mercado de trabalho. Nesse cenário em que o capital avança capturando democracias a favor de seus interesses, a automação que já ocorre em diversos locais de trabalho desafiando a classe trabalhadora.

Os impactos desses avanços tecnológicos também serão desiguais em função da posição que os países ocupam nas cadeias produtivas globais. Afetando mais severamente aqueles países onde o nível de desenvolvimento e acesso às novas tecnologias é menor e onde há maior exploração do trabalho, portanto, gerando mais pobreza nos países periféricos.

Vimos de décadas de hegemonia global do economicismo ultraliberal, que prega uma narrativa individualista, anti-pública, anti-estado, anti-sindical e anti-social. As políticas neoliberais e de extrema direita, assim como os golpes, têm causado inúmeros distúrbios que atacam e enfraquecem a democracia. A pandemia também mostrou a emergência de um nacionalismo crescente que se opõe à necessária ação cooperativa global para enfrentar coletivamente este vírus e suas consequências.

A era inaugurada pelos governos de Thatcher, Reagan e por diferentes ditaduras na América Latina, e posteriormente reforçada pelo consenso de Washington, manteve muitas de suas premissas até hoje e sofreu uma mutação de uma "revolução" neoconservadora para um liberalismo "pseudo progressista" gerando assim uma aceleração, nunca vista na história, da enorme concentração de riquezas e desigualdades.

A expansão da especulação financeira às custas da economia real gerou uma crise global no sistema econômico, com a conseqüente perda de milhões de empregos. A crise gerada pela COVID-19 representa uma nova oportunidade de mudar o rumo das políticas econômicas que se revelaram fracassadas.

O sistema financeiro internacional está desenvolvendo suas estratégias para a pós-pandemia e sabemos que essas estratégias irão concentrar ainda mais riqueza e renda. É bom lembrar que durante a crise de 2008, os estados resgataram os bancos e, depois disso, os bancos voltaram a estrangular os estados.

Nossa primeira tarefa continua sendo salvar vidas e proteger empregos e renda. Mas ao mesmo tempo temos a urgência de apontar e construir alternativas diferentes às propostas de quem dirige o sistema. Alternativas que abram caminhos que efetivamente conduzam à promoção de maior justiça social e ao combate às desigualdades e injustiças.

Só conseguiremos um reinício justo se todos tiverem uma palavra a dizer na definição das decisões que tomaremos para construir um outro mundo que ainda seja possível. Hoje, mais do que nunca, essa construção coletiva é necessária, pois até compromissos como a Agenda 2030 estão em risco e a humanidade corre o risco de não poder reverter os inúmeros reveses econômicos, ambientais e sociais agravados pela pandemia COVID-19.

É consenso que o mundo não será o mesmo depois da pandemia, mas este mundo poderia ser melhor ou muito pior que o atual, dependendo da correlação de forças que se estabelecer. Nesse sentido, apresentamos propostas que devem ser implementadas imediatamente para garantir que possamos superar a pandemia em nível global e promover a justiça social para os povos:

1) Pelo direito à saúde como um direito humano e pela quebra de patentes

Pelo direito à saúde como direito humano e pela suspensão das patentes de vacinas e medicamentos contra a COVID-19. Pela transferência efetiva de tecnologia e suprimentos que permitam aos países produzir vacinas e medicamentos tão necessários. Que isso seja feito por meio dos mecanismos previstos nas legislações nacionais ou na Organização Mundial do Comércio (OMC) com a garantia do acesso universal e imediato às vacinas e outros elementos.

2) Para outro modelo de desenvolvimento

- Desenvolvimento sustentável com democracia efetiva, transição justa e medidas emergenciais para salvar vidas, proteger o emprego e a renda. Propostas de reconversão industrial que tenham em conta a sustentabilidade e um sistema de produção que garanta uma resposta às crises climáticas e ambientais provocadas justamente pelos atuais padrões de produção, consumo e distribuição; conversão da indústria militar em uma indústria civil sustentável e desarmada para construir direitos, democracia, cooperação e paz.

- Ajustes necessários nos sistemas regulatório, fiscal, trabalhista e de proteção social para incluir os excluídos;

- Fim das privatizações e garantia de serviços públicos de qualidade e universais como saúde e educação; um modelo de Estado com investimentos públicos que protejam as pessoas e a anulação e renegociação de dívidas do Estado para que as crises de pagamento não limitem a resposta essencial à saúde e não prejudiquem o crescimento econômico, numa perspectiva de participação nos lucros e não de maior concentração de riquezas ou renda.

- Sistemas fiscais mais justos e criação de impostos sobre serviços digitais para gigantes da tecnologia, grandes fortunas, transações financeiras e grandes lucros. Nenhum financiamento de resgate deve ser fornecido a empresas que continuam a operar por meio de paraísos fiscais.

3) Por empregos decentes e direitos plenos

- Acesso a empregos decentes, direitos, proteção social e renda. Por redes de segurança social universais e um rendimento mínimo garantido. Implantar

imediatamente planos de investimento para recuperar milhões de empregos perdidos ou em risco;

- O reconhecimento de empregos essenciais, muitas vezes não remunerados ou mal remunerados, como os da economia previdenciária e a garantia dos direitos dos trabalhadores/as nas novas formas de emprego relacionadas com a digitalização e também no teletrabalho.

- Que os avanços tecnológicos resultem na redução da jornada de trabalho com igualdade salarial, manutenção do emprego e não na redução do emprego, da precariedade e da exclusão.

4) Por um novo acordo de governança global

- Cumprir os compromissos assumidos pelos Estados que permitem o desenvolvimento sustentável. Mudança na ordem internacional e redefinição do multiculturalismo junto com um Novo Acordo de Governança Global;

- Acordos e instrumentos globais eficazes e vinculantes baseados nas normas e direitos da OIT, como a liberdade de associação e negociação coletiva para acabar com as violações dos direitos humanos nas cadeias produtivas globais e na agenda transnacional que apenas serve os interesses do capital;

- Fim dos embargos e pela integração dos povos. A garantia dos direitos humanos e os cenários de paz são essenciais para um novo começo, livre de violências e guerras.

- Novas regras do comércio global enquadradas no desenvolvimento sustentável, na promoção dos direitos humanos universais e no estabelecimento de estruturas, políticas, procedimentos e recursos em todos os acordos e tratados que se negociam, que garantam a participação concreta e efetiva dos interlocutores sociais e da sociedade civil organizada.